

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

Sorocaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa no. 02, em 31 de dezembro de 2017 a filial incorreu passivo a descoberto no montante de R\$ 12.349.175 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 2.327.891, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 – item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

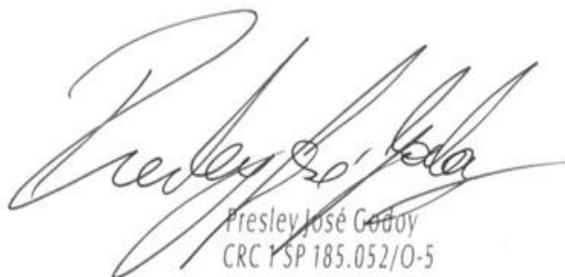
Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2018.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5



Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		-	50
Aplicações Financeiras - sem restrição	03	1.457.012	580.780
Convênios a receber – líquido de provisão	04	3.192.072	10.070.965
Adiantamentos		95.350	85.590
Estoques		353.388	558.867
Outros ativos circulantes		9.046	9.046
Total do ativo circulante		5.106.868	11.305.298
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		271.066	183.949
Imobilizado líquido	05	737.132	852.168
Total do ativo circulante		1.008.198	1.036.117
TOTAL DO ATIVO		6.115.066	12.341.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		410.787	443.896
Obrigações sociais e fiscais		229.507	235.268
Provisão de férias e encargos		960.738	966.157
Empréstimos filiais	08	5.811.444	12.625.796
Outros passivos circulantes		22.283	34.495
Total do passivo circulante		<u>7.434.759</u>	<u>14.305.612</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos filiais	08	11.029.482	-
Total do passivo não circulante		<u>11.029.482</u>	<u>-</u>
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido/passivo descoberto		(12.349.175)	(1.964.197)
Total do patrimônio líquido/passivo descoberto		<u>(12.349.175)</u>	<u>(1.964.197)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		<u>6.115.066</u>	<u>12.341.415</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Demonstrações do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

	Nota	2017	2016
RECEITAS			
Contrato de Convênio	07	33.777.431	33.882.667
Total Receita		33.777.431	33.882.667
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos dos serviços prestados		(28.716.656)	(30.964.478)
Receita operacional líquida		5.060.775	2.918.189
DESPESAS			
Administrativas e gerais		(721.843)	(679.160)
Serviços de terceiros		(3.289.364)	(3.273.910)
Manutenção	06	(408.194)	(373.509)
Depreciação		(125.632)	(123.008)
Créditos de liquidação duvidosa		(10.155.841)	-
Total das despesas		(14.700.874)	(4.449.587)
Superávit/(déficit) operacional		(9.640.099)	(1.531.398)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS			
Doações e eventuais		341	-
Resultado financeiro líquido		(755.817)	(442.039)
Total das receitas/(despesas) operacionais		(755.476)	(442.039)
Superávit/(déficit) do exercício		(10.395.575)	(1.973.437)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Superávit/ (déficit Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>2.059</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.059</u>
Transferência de Patrimônio Líquido	18.789	-	-	18.789
Baixa patrimonial	(11.608)	-	-	(11.608)
Déficit do exercício	-	-	(1.973.437)	(1.973.437)
Transferência de déficit sem restrição	(1.973.437)	-	1.973.437	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>(1.964.197)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.964.197)</u>
Transferência de Patrimônio Líquido	10.597	-	--	10.597
Déficit do exercício	-	-	(10.395.575)	(10.395.575)
Transferência de déficit sem restrição	(10.395.575)	-	10.395.575	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>(12.349.175)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.349.175)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Demonstrações Condensadas do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	(10.395.575)	(1.973.437)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	115.036	123.007
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado		-
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	(876.232)	(140.781)
Convênios a receber	6.878.893	(3.486.467)
Adiantamentos	(9.760)	(28.906)
Estoques	205.479	(23.166)
Outros ativos	(87.118)	(102.349)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(33.109)	112.735
Obrigações sociais e fiscais	(5.761)	(8.954)
Provisão de férias e encargos	(5.419)	93.601
Outros passivos	(12.211)	(2.153)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	<u>(4.225.777)</u>	<u>(5.436.870)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado		(18.788)
Transferência patrimônio (matriz para filial)	10.597	18.788
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>10.597</u>	<u>-</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	11.029.482	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.814.352)	(2.635.664)
Recebimentos de empréstimos – matriz		8.072.534
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	<u>4.215.130</u>	<u>5.436.870</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(50)	-
Caixa e equivalentes no início do período	50	50
Caixa e equivalentes no fim do período	-	50
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>(50)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Olhos de Sorocaba portador do CNPJ n.º 50.795.566/0001-25 qualificada como Organização Social de Saúde é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecido juridicamente de Utilização Pública Estadual pelo Decreto n.º 6.670, publicado no D.O.E. de 28/03/1990. O Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Sorocaba e o Banco de Olhos de Sorocaba tem como objeto a implantação, estruturação, operacionalização e gerenciamento da Unidade Pré-Hospitalar - UPH Zona Leste Sorocaba. O convênio foi assinado em 15 de julho de 2013, prorrogado, a partir de 15 de janeiro de 2015 até 14 de julho de 2016, conforme renovação de contrato.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 a filial incorreu passivo a descoberto no montante de R\$ 12.349.175 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 2.327.891, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Aplicações em fundos de investimentos	1.457.012	580.780
Total	1.457.012	580.780

4. CONVENIOS A RECEBER

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Sorocaba	13.347.913	10.070.965
(-) Provisão de Credito Liquidação duvidosa	<u>(10.155.841)</u>	<u>-</u>
Total líquido de provisão	<u>3.192.072</u>	<u>10.070.965</u>

5. IMOBILIZADO

Os valores registrados como imobilizado foram transferidos da Matriz para a filial (UPH - Leste), enquanto da vigência do contrato, conseqüentemente os valores foram contabilizados diretamente no grupo "imobilizado" e a contra-partida no "patrimônio líquido" considerado como transferência de patrimônio.

6. DESPESAS DE MANUTENÇÃO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 foram aplicados valores para manutenção predial principalmente na estruturação e operacionalização, conforme abaixo:

	2017	2016
Conservação predial	257.618	246.078
Conservação equipamentos	106.231	84.937
Conservação de móveis e utensílios	32.229	26.607
Outros	<u>12.116</u>	<u>15.887</u>
Total	<u>408.194</u>	<u>373.509</u>

7. CONTRATOS DE CONVÊNIOS

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a entidade faturou pelos serviços prestados através de Contrato de Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Sorocaba cujos valores contabilizados em receita:

	2017	2016
Contrato de Convênio - Pré-fixado	27.048.978	24.923.958
Contrato de Convênio - Pós-fixado	6.728.453	6.186.864
Recursos Tesouro Municipal	-	2.771.845
CMD	-	-
Total	<u>33.777.431</u>	<u>33.882.667</u>

8. EMPRÉSTIMOS MATRIZ/FILIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Entidade mantém registrado nessa rubrica o montante de R\$ 16.840.926 e de R\$ 12.625.796, respectivamente, decorrentes de valores em atrasos, provenientes do Contrato de gerenciamento da UPH Leste. Objetivando a manutenção do referido contrato de gerenciamento foi transferido recursos da matriz, a fim de cobrir as despesas mensais.

9. EXECUÇÃO DO CONVENIO DE GERENCIAMENTO DA UPH ZONA LESTE SOROCABA

Relatório de Produção de Atendimento de Consulta do Contrato de Convênio 2017.

Competência	Metas de Atendimentos	Nº Atendimentos Totais Realizados	% Realizado x Contratado
Jan/17	30.000	29.448	98,16%
Fev/17	30.000	29.011	96,70%
Mar/17	30.000	34.183	113,94%
Abr/17	30.000	30.386	101,29%
Mai/17	30.000	36.607	122,02%
Jun/17	30.000	33.565	111,88%
Jul/17	30.000	31.395	104,65%
Ago/17	30.000	33.017	110,06%
Set/17	30.000	34.880	116,27%
Out/17	30.000	32.410	108,03%
Nov/17	30.000	28.875	96,25%
Dez/17	30.000	27.684	92,28%
Total	360.000	381.461	105,96%

Relatório de Produção de Atendimento de Consulta do Contrato de Convênio 2016.

Competência	Metas de Atendimentos	Nº Atendimentos Totais Realizados	% Realizado x Contratado
Jan/16	30.000	40.570	135,23%
Fev/16	30.000	37.929	126,43%
Mar/16	30.000	43.938	146,46%
Abr/16	30.000	43.098	143,66%
Mai/16	30.000	34.830	116,10%
Jun/16	30.000	31.436	104,79%
Jul/16	30.000	31.850	106,17%
Ago/16	30.000	32.437	108,12%
Set/16	30.000	33.500	111,67%
Out/16	30.000	34.500	115,00%
Nov/16	30.000	30.959	103,20%
Dez/16	30.000	28.645	95,48%
Total	360.000	423.692	117,69%

10. ATENDIMENTOS DO CONVENIO GERENCIADO DA UPH ZONA LESTE SOROCABA – Posição 2017

Metas Totais Incluído: Consultas, Procedimentos e Sadts (Exames)

		Meta Mensal	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Meta Anual
Atend. por prof. de nível sup.	Consulta por profissional de nível superior (*) o nº de consultas de prof. de nível superior em atenção especializada (exceto médicos) não poderá ultrapassar 50% do total das consultas realizadas ao mês.	30.000	29.448	29.011	34.183	30.386	36.607	33.565	31.395	33.017	34.880	32.410	28.875	27.684	381.461	360.000
Proc. Odont. não cons.	Atendimento Odontológico todos que não consultas	600	826	701	811	912	812	814	792	801	745	736	769	903	9.622	7.200
Proc. de enfermagem	Teste realizado fora da estrutura (021401)	2.078	6.396	5.801	6.074	5.591	5.862	5.340	5.705	6.216	5.871	5.291	4.683	3.972	66.802	24.936
	Coletas em geral (020102)	5.000	5.452	4.613	5.210	4.628	5.057	4.790	4.973	5.153	5.809	5.456	5.082	4.673	60.896	60.000
	Atendimentos de enfermagem (030110)	20.115	26.368	25.010	28.446	25.637	29.529	28.483	27.275	28.575	31.561	23.105	18.259	17.977	310.225	241.380
Cirurgias ambulatoriais e SADT	Suturas, drenagens, curativo grau I e II (040101)	452	458	430	434	389	422	363	404	360	302	291	354	362	4.569	5.424
	Facoemulsificação e Facetomia (0405050097, 0405050100, 0405050372) *	100				81	151	140	102	105	100	100	100	100	979	900
	Diagnósticos em laboratório (020201,020202,020203,020205,020208,020209)	13.812	18.602	14.738	16.583	15.191	16.654	15.821	17.433	17.827	19.430	18.061	17.489	16.117	203.946	165.744
	Radiologia (0204)	4.440	4.826	4.286	5.682	5.699	6.243	6.669	6.726	6.574	7.189	6.860	6.099	6.043	72.896	53.280
	Exames espec. (021106)	3.482	3.203	3.555	3.256	4.080	8.101	5.472	4.126	4.349	4.270	4.599	4.600	4.005	53.616	41.784
	Eletrocardiograma (0211020036)	500	923	922	803	846	1.028	1.181	1.090	1.240	1.249	1.048	1.037	1.071	12.438	6.000
Atendimentos por profissionais de nível superior	Consultas em Clínica Médica		11.952	11.348	13.150	11.195	12.606	12.247	12.262	12.889	14.029	13.212	11.976	11.821	148.687	
	Consultas em Pediatria		1.972	2.210	3.167	3.178	3.731	3.174	2.374	2.802	3.552	3.559	3.004	2.511	35.234	
	Consultas Especializadas - Oftalmologia		1.085	1.197	1.102	1.241	2.298	1.592	1.227	1.321	1.326	1.356	1.437	1.238	16.420	
	Consultas Enfermeiro		13.716	13.661	15.996	14.017	17.025	15.676	14.595	15.147	15.067	13.258	11.498	10.995	170.651	
	Consultas Farmacêutico		24	27	31	22	24	28	25	25	25	22	26	23	302	
	Consultas Assistente Social		50	50	100	50	292	265	301	187	230	327	222	345	2.419	
	Consultas Odontologia		649	518	637	683	631	583	611	646	651	676	712	751	7.748	
	Total			29.448	29.011	34.183	30.386	36.607	33.565	31.395	33.017	34.880	32.410	28.875	27.684	381.461

OBS.: * Termo Aditivo assinado em 03/04/2017 com inclusão das Cirurgias: Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável, Facetomia com e sem implante de lente.

11. ATENDIMENTOS DO CONVENIO GERENCIADO DA UPH ZONA LESTE SOROCABA – Posição 2016

Metas Totais Incluído: Consultas, Procedimentos e Sadts (exames)

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Metas Total
Atenção Médica	Clinico Geral	11.054	10.554	12.072	11.787	12.369	11.534	11.943	12.173	12.143	12.408	11.735	11.290	141.062	
	Pediatria	2.109	2.274	3.790	4.358	4.150	3.455	2.846	3.286	3.928	4.110	3.420	2.620	40.346	
	Especializada	2.303	1.069	1.129	971	972	879	1.234	1.007	1.065	1.193	959	754	13.535	
	Ortopedia	5.457	5.580	5.575	5.210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.822
	Total Medicas	20.923	19.477	22.566	22.326	17.491	15.868	16.023	16.466	17.136	17.711	16.114	14.664	216.765	183.600
Consultas Não Médicas	Enfermeiro	18.887	17.796	20.635	20.036	16.640	14.934	15.054	15.252	15.634	16.017	14.058	13.233	198.176	
	Farmacêutico	24	22	25	26	28	26	28	26	24	26	26	27	308	
	Assistente Social	100	47	52	103	100	109	113	61	101	101	107	50	1.044	
	Odontológico	636	587	660	607	571	499	632	632	605	645	654	671	7.399	
	Total Não Medicas	19.647	18.452	21.372	20.772	17.339	15.568	15.827	15.971	16.364	16.789	14.845	13.981	206.927	176.400
Procedimento	Proc. Odontológico	734	641	800	782	732	697	790	835	797	803	836	929	9.376	7.200
Procedimento de Enfermagem	Teste	3.889	3.769	4.715	5.123	5.207	5.130	5.722	5.406	6.962	7.207	6.767	7.170	67.067	24.936
	Coletas em geral	5.074	4.903	5.613	5.682	4.729	4.072	4.255	4.976	5.291	5.897	5.857	5.405	61.754	60.000
	Atendimentos	28.596	27.641	31.926	31.342	28.918	26.754	28.022	27.469	29.574	30.003	26.815	27.148	344.208	241.380
	Total Proc. Enfermagem	37.559	36.313	42.254	42.147	38.854	35.956	37.999	37.851	41.827	43.107	39.439	39.723	473.029	326.316
Cirurgias Ambulatoriais	Suturas, etc	630	664	561	567	343	332	327	367	421	427	388	582	5.609	5.424
	Retirada de corpo estranho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
	Biopsias	16	25	13	12	-	-	-	-	-	-	-	-	66	300
	Reconstruções, ressecções	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
	Total Cirurgia AMB.	646	716	574	579	343	332	327	367	421	427	388	582	5.702	5.924

Continuação - 2016

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Metas Total
SADT	Hematológicos e hemostasia	3.657	3.556	4.034	4.324	3.423	12.673	13.627	15.978	17.801	20.295	19.133	18.642	144.931	110.496
	Sorológicos e imunológico	1.494	1.431	1.510	1.771	1.582									
	Radiologia	6.745	6.916	7.540	8.347	5.695	5.957	6.296	6.445	6.269	6.000	5.972	4.938	77.120	61.872
	Exames Especializados	3.364	2.054	2.168	1.857	1.874	1.651	2.248	2.310	3.083	3.421	2.825	2.234	29.089	41.784
	Eletrocardiograma	780	750	736	712	734	717	792	823	790	946	694	1.245	9.719	6.000
Total SADT	16.040	14.707	15.988	17.011	13.308	20.998	22.963	25.556	27.943	30.662	28.624	27.059	260.859	220.152	
Total Geral	95.549	90.306	103.555	103.617	88.067	89.419	93.929	97.046	104.488	109.499	100.246	96.938	1.172.658	919.592	

12. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

13. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIUBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributaria é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Financeiras, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 41 do Estatuto Social).
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 42 do Estatuto Social).
- c) Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

14. CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO.

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, conseqüentemente usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- Existe fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido;

15. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos:

Estatutários

- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade públicas consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

16. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpri as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- Elabora as demonstrações financeiras e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.